

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

À Sua Senhoria o Senhor pregoeiro
MJSP – Polícia Federal
Superintendência Regional em Alagoas
REF.: Pregão Eletrônico nº 01/2022 – SR/PF/AL
Processo Administrativo Nº 08230.006570/2021-74
ASSUNTO: CONTRARRAZÕES

PRONTO SERVIÇOS GERAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.570.975/0001-58, estabelecida à Praça Visconde de Sinimbu, nº 189, Sala 206, Centro, Maceió, Alagoas, CEP 57.020-720, por meio de seus Representantes Legais, o Senhor ROBERVAL TENÓRIO DE BRITO, brasileiro, divorciado, Empresário, portador de RG nº 678.880, SSP/AL, e do CPF nº 440.359.694-00, e a Senhora DAYSE ALVIM DA SILVA, brasileira, solteira, Empresária, portadora de RG nº 1.523.088, SSP/AL, e do CPF nº 007.944.824-06, vem à presença de V. Sa., mui respeitosamente, com fulcro no art. 44, § 2º, do Decreto nº 10.024, de 20.09.2019, assim como no art. 109, § 3º, da Lei nº 8666/1993, de aplicação subsidiária nas licitações na modalidade Pregão Eletrônico, e demais legislação correlata, aplicável às Licitações Públicas, e ainda no subitem 11.2.3, do Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2022 – SR/PF/AL, apresentar CONTRARRAZÕES, em face do Recurso Administrativo, apresentado pela empresa SANTA FÉ CONSTRUÇÕES LTDA. – EPP, CNPJ nº 11.949.783/0001-70, pelos motivos e fundamentos a seguir expostos.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Segundo assevera o subitem 11.2.3, do texto editalício, admitido o recurso, os demais licitantes ficam intimados para, querendo, apresentar contra-razões no mesmo prazo de 03 (três) dias, que se iniciará a partir do final do prazo do recorrente.

Da mesma forma, o Decreto nº 10.024, de 20.09.2019, em seu art. 44, § 2º, assegura o direito ao contraditório, quando resguarda o instituto do recurso e das contra-razões correspondentes:

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

Assim sendo, apresentada nesta data, é tempestiva a presente manifestação, como acima comprovado.

II. DO OBJETO

Inconformada com a decisão da Pregoeira, que declarou esta licitante vencedora do certame em apreço, para os itens 1 e 2, a recorrente apresentou sua Manifestação, onde solicita ao i. Pregoeira seu juízo de retratação.

Passaremos, a seguir, a analisar os argumentos apresentados pela recorrente, demonstrando sua fragilidade e desconexão com a legislação, doutrina e princípios aplicáveis à licitação pública.

Em suma, as alegações da recorrente recaem sobre a planilha de custos e formação de preços apresentada por esta vencedora, em especial no que toca os Módulos 3 – Provisão para Rescisão e 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente.

É alegado no recurso que os percentuais alocados aos itens desses módulos estaria abaixo daqueles previstos pela legislação, ou de manuais de Órgãos como TCU e Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

III. DAS CONTRA-RAZÕES

Inicialmente, nunca é demais recordar que os módulos questionados no recurso, tanto o que diz respeito à provisão para rescisão, quanto aquele referente ao custo de reposição do profissional ausente, da planilha de custos e formação de preços, em sua essência, trazem valores que traduzem os custos da contratada com tais eventos, quais sejam, afastamento de colaboradores bem como reposição dos mesmos em caso de ausência temporária, seja por qualquer motivo daqueles ali previstos.

Tais afastamentos, em sua esmagadora maioria, podem, ou não, acontecer durante a execução contratual. Dessa maneira, são alocados a esses itens de custo, percentuais estimativos, aos quais se chega mediante estudos, análises da linha do tempo, e demais perspectivas da proponente.

Portanto, tais valores são individuais de cada empresa, não cabendo à Administração Licitante, nem tampouco aos demais concorrentes, ingerência sobre os mesmos, uma vez que cada empresa possui seu histórico de afastamentos, e com base nele elabora sua proposta.

Não pode-se olvidar que tais valores são baseados em estatísticas individuais de cada organização, e refletem a realidade individual de cada empresa.

Dessa forma, ninguém pode alegar que concorrente A ou B alocou valores baixos demais, ou excessivos, pois cada um possui suas características individuais, e, portanto, a sua realidade.

Resta nítido que nenhum sujeito externo pode exercer influência sobre a administração da licitante, cabendo única e exclusivamente a esta tal exercício.

Mesmo porque as perguntas que seguem abaixo são de resposta duvidosa ou incerta:

1. Quantos colaboradores serão demitidos durante o período de execução contratual?
2. Quantas colaboradoras do sexo feminino engravidarão durante esse mesmo período?
3. Quantos acidentes de trabalho ocorrerão?

Esses são apenas alguns exemplos de questionamentos que influenciam os custos desses módulos, e que são inerentes a cada licitante.

Vejamos o que o Tribunal de Contas da União – TCU adota como entendimento a respeito do tema, conforme Acórdão nº 587/2012 – TCU – Plenário, a seguir parcialmente transcrito:

Relatório

6. Quanto às inconsistências de planilha, item uniformes e EPIs, alega a representante que a vencedora do referido Pregão Eletrônico 200 deixou de cotar o item uniformes em razão de possuí-los em estoque, o que, segundo a Representante, 'significaria que a Air Special deverá ter estoques correspondentes para 170 trabalhadores por 5 (cinco) anos, prática esta que qualquer bom senso comercial repudia, salvo se estiver a mesma adotando a prática do 'DUMPING'. Como fundamento de suas alegações, a Representante apresenta alguns itens do Edital que proíbem o valor ZERO para os itens da planilha de preços.

Item 8.3- A licitante deverá considerar incluídas no valor proposto todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços (...).

Item 9.2 b – Será desclassificada a licitante que:

b) apresentar qualquer oferta de vantagem baseada nas propostas das demais.

7. Segundo a Representante, "se todos os proponentes têm a necessidade de onerar a rubrica uniformes e EPIs, tal desconsideração por parte da empresa Air Special 'DEVE' ser desclassificatória".

Item 11.1.2 – Do julgamento:

Não será aceita proposta com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando envolvem materiais ou equipamentos de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, expressamente, a parcela ou totalidade da remuneração;"

8. Argumenta a representante que "por mais que a Infraero insista exceto quando envolverem materiais ou equipamentos, uniformes não são materiais, nem equipamentos, pois são itens altamente perecíveis, de necessidade compulsória aos trabalhadores desta atividade e, que em decorrência das características do trabalho, muitas vezes não duram nem o estimado pelo próprio edital."

9. Quanto a este item, a Infraero, na análise do recurso administrativo (peça 3, p.31), considera que "conforme já esclarecido por ocasião do questionamento da mesma licitante, nada impede que o licitante renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração, caso o mesmo possua estoque para atender a sua demanda. Assim, desde que a proposta seja exequível, não há o que se falar em desclassificação por desatendimento ao Edital, até porque renunciando a parcela referente a uniformes/EPI, reduzirá com isso a sua margem de lucro."

Voto

2. A segunda irregularidade apontada pela representante também foi bem enfrentada pela unidade técnica. Alinho-me às conclusões manifestadas. O fato de a licitante vencedora ter estipulado em sua proposta um valor para fazer frente aos custos com vale-transporte inferior ao previsto na licitação não configura irregularidade, por si só. Isso porque, conforme asseverou o titular da subunidade técnica da Secex/RJ, a renúncia expressa do empregado ao vale-transporte é considerada válida pela jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e, nesse aspecto, cabe à administração pública contratante apenas certificar-se de que a empresa contratada paga regularmente o vale-transporte aos trabalhadores que façam jus a esse direito, acatando-se quanto à responsabilidade subsidiária decorrente das obrigações trabalhistas.

3. Quanto à previsão de custo zero para as rubricas "uniformes" e "EPI's", acompanho a unidade técnica no sentido de que tal situação não configura, de pronto, irregularidade. Essa questão é resolvida pela verificação da exequibilidade da proposta do licitante, que deve ser um juízo feito a cada caso e não importa em presunção absoluta de invalidação da proposta. Sobre esse tema, esta Corte até já sumulou entendimento, por meio da Súmula 262/2010:

O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Do acima exposto denota-se descabido o argumento da recorrente.

Ainda sobre o tema, a recorrente alega que esta vencedora teria colocado custo zero no item "Licença Maternidade", o que, segundo ela, por si só, significaria afronta aos termos do Edital.

Ora, e se a futura contratada não alocar aos serviços profissional do sexo feminino? Ao contrário, em tal situação, a alocação de custo nessa rubrica configuraria irregularidade, uma vez que onerosa para a Administração sem justa causa.

Ademais, cabe aqui relembrar que os percentuais "legais" apontados pela recorrente são aqueles constantes de manual anexo à IN nº 7/2018 da SEGES/MPDG. Tal instrumento serve de base para a elaboração de planilhas de custos estimativas, por parte de toda a Administração Pública, com o objetivo de se chegar aos valores a serem considerados como máximos aceitáveis para as contratações.

Igualmente, outras Instituições, a exemplo do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, adotam manuais e modelos de planilhas de custos, os quais devem ser aderentes às normas e aos valores praticados no mercado.

Vejamos, a seguir, o que nos traz documento similar, elaborado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ:

5.4 MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO Com intuito de auxiliar a área demandante a elaborar sua Planilha de Custos nº 1 para estimativa de valor máximo da contratação, elucida-se neste tópico as metodologias de cálculo presente no modelo do STJ para o Módulo 3 – Provisão para rescisão. Nesse módulo estão presentes as verbas indenizatórias que incidem no momento de desligamento do empregado da empresa. Por isso, o Módulo 3 é composto pelo custo estimado com o aviso prévio indenizado, o aviso prévio trabalhado e as respectivas multa do FGTS. Deve-se acrescentar, quando devidas, as incidências dos encargos previdenciários e FGTS. Os parâmetros deste módulo, bem como do módulo 4, são condizentes com os praticados por órgãos da Administração Pública no Distrito Federal. A título exemplificativo, os estudos levantados pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República em 2018, que compara indicadores de diversos contratos, demonstram que a metodologia adotada no modelo do STJ são aderentes aos padrões do Poder Executivo Federal bem como às diretrizes do Tribunal de Contas da União. (grifamos)

Destaque-se que na Figura 30, desse documento, disponível no link <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/MPMPCFP/article/view/4874/5022>, a qual traz o Módulo 3 – Provisão para Rescisão, o percentual relativo ao Aviso Prévio Indenizado é de 0,42% (zero vírgula quarenta e dois por cento), ou seja, exatamente o utilizado por esta vencedora.

Da mesma forma, o Ministério Público da União, através de sua Auditoria Interna – AUDIN/MPU, publicou na internet documento de iguais características.

Lá, o Módulo 3 é tratado da seguinte forma:

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO O Módulo 3 – Provisão para Rescisão –, adaptado do Anexo VII-D da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, é composto por 3 (três) Alíneas, discriminadas nas seguintes rubricas: 3.A. Aviso Prévio Indenizado; 3.B. Aviso Prévio Trabalhado; 3.C. Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado.

Para serviços de vigilância

3 Provisão para Rescisão % Memória de Cálculo

A Aviso Prévio Indenizado 0,29 $[(62,93\%) \times 5,55\% \times (1/12)] \times 100$

B Aviso Prévio Trabalhado 1,16 $[(62,93\%) \times 94,45\% \times (7/30)/12] \times 100$

C Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado 0,04 $[1,16\% \times 40\% \times 8,00\%] \times 100$

Para serviços de limpeza

3 Provisão para Rescisão % Memória de Cálculo

A Aviso Prévio Indenizado 0,26 $[(56,24\%) \times 5,55\% \times (1/12)] \times 100$

B Aviso Prévio Trabalhado 1,03 $[(56,24\%) \times 94,45\% \times (7/30)/12] \times 100$

C Multa do FGTS do Aviso Prévio Trabalhado 0,03 $[1,03\% \times 40\% \times 8,00\%] \times 100$

Ou seja, a seguir o raciocínio da recorrente, o MPU, bem como o STJ estariam praticando ilegalidades a divulgarem seus manuais/modelos de planilha de custos.

Isso comprova, nada mais nada menos, que os valores a serem alocados a esses módulos são estimativas, e cada licitante possui a sua realidade própria. Da mesma maneira, cada Órgão estabelece o percentual a que chega, utilizando-se de seus dados e informações disponíveis.

Tem-se que reforçar que a planilha de custos é formada por alguns itens que possuem previsão legal, e, realmente, não podem sofrer variações, a exemplo da Contribuição para o INSS, e o FGTS.

Nesses casos cabe ao licitante, apenas, inserir os percentuais determinados por Lei.

Porém, além desses, existem itens da planilha que não são normatizados por Lei, e devem ser mensurados de acordo com a realidade de cada empresa.

Para os componentes de custos cujos valores não são fixados por instrumento legal, cada empresa terá liberdade para defini-los, conforme sua estratégia negocial e, a princípio, a Administração não pode arbitrar valores mínimos a serem adotados compulsoriamente pelos licitantes, pois tal prática configuraria a definição de preços mínimos, o que é vedado pelo art. 40, Inciso X, da Lei nº 8.666/93

Por fim, mesmo que não tenha trazido em suas alegações de recurso, a recorrente trata das justificativas apresentadas por esta licitante, dizendo que estas seria frágeis, e estariam ferindo o Princípio da Impessoalidade, ao informar que somos a atual contratada.

Além disso, quando afirmamos que não teríamos custo com determinado equipamento, pois já possuímos o mesmo, alega a recorrente que estaríamos indo de encontro ao Princípio da Isonomia.

Aqui, apesar de considerarmos afirmações infundadas, e meramente protelatórias, vamos apenas reforçar o quanto já demonstrado na presente peça, de que cada empresa possui seu know-how, e de acordo com sua prática, apresenta sua proposta/planilha de custos.

Como já visto, o próprio Tribunal de Contas da União – TCU, conforme Acórdão retro, não trata a inclusão de item de custo com valor zero como tal.

E o fato de sermos o atual executante dos serviços objeto do certame, não é nenhuma afronta a qualquer princípio ou norma legal. Se assim o fosse, não seria permitido ao atual contratado participar da próxima licitação para contratação do mesmo objeto.

IV. DO PEDIDO

Assim sendo, considerando os fatos e argumentos ora expostos, e uma vez que não há outra alternativa para essa Administração, REQUER seja negado conhecimento ao Recurso apresentado pela licitante SANTA FÉ CONSTRUÇÕES LTDA. – EPP, CNPJ nº 11.949.783/0001-70, haja vista a incompatibilidade dos argumentos apresentados com as disposições do Edital, da legislação e princípios aplicáveis, da doutrina e da jurisprudência a respeito do tema, bem como com os fatos, tendo sua continuidade normal o procedimento licitatório em epígrafe.

Termos em que, pede e espera deferimento,

Maceió, 28 de março de 2022.

Roberval Tenório de Brito
Sócio Administrador
Pronto Serviços Gerais Ltda.

Voltar **Fechar**